



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 129/12

Dispõe sobre a instituição de diretrizes para o Turismo Religioso no Estado do Paraná.

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a instituição de diretrizes básicas para a consolidação do turismo religioso no Estado do Paraná.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, o Turismo Religioso configura-se pelas atividades turísticas decorrentes da busca espiritual e da prática religiosa em espaços e eventos relacionados às religiões institucionalizadas.

Art. 3º O Poder Público, a iniciativa privada, as instituições de ensino e as entidades do terceiro setor atuarão na consolidação do Turismo Religioso como importante fator de desenvolvimento sustentável, de distribuição de renda, de geração de emprego e da conservação do patrimônio natural, cultural e turístico paranaense, devendo orientar-se, especialmente, pelas seguintes diretrizes:

I – ampliação dos fluxos turísticos, da permanência e do gasto dos turistas, mediante a promoção e o apoio ao desenvolvimento do produto turístico religioso;

II – aplicação de investimentos em:

- a) implantação de infraestrutura básica nas localidades turísticas;
- b) construção e conservação das rodovias estaduais que interligam os centros turísticos;
- c) construção e conservação de terminais rodoviários e aeroportos estaduais;
- d) transporte intermunicipal interligando as localidades turísticas;

e) implantação de sinalização turística de caráter informativo, educativo e, quando necessário, restritivo, utilizando linguagem visual padronizada nacionalmente, observados os padrões de sinalização turística adotados no Guia Brasileiro de Sinalização Turística do Ministério do Turismo;

f) preservação, conservação e restauração de santuários, igrejas e monumentos religiosos que integrem o patrimônio cultural de interesse turístico;

III - orientação das ações da iniciativa privada e promoção de sua integração como agente complementar de financiamento em infraestrutura e serviços necessários ao desenvolvimento turístico religioso;

IV - promoção do turismo religioso em todos os tipos de mídia, visando inserir o Estado do Paraná nos roteiros turísticos nacionais e internacionais;

V - disponibilização de informações sobre a oferta turística e sobre a demanda do Turismo Religioso;

VI - promoção de cursos, seminários e encontros voltados para a discussão e aperfeiçoamento das ações turísticas de interesse do Estado;

VII - estímulo à criação, à consolidação e à difusão dos produtos e destinos turísticos religiosos;

VIII - preservação da identidade cultural das comunidades e populações tradicionais eventualmente afetadas pela atividade turística religiosa;

IX - implementação do inventário do patrimônio turístico religioso paranaense, atualizando-o regularmente;

X - estabelecimento de padrões e normas de qualidade, eficiência e segurança na prestação de serviços por parte dos operadores, empreendimentos e equipamentos turísticos;

XI - implementação da produção, sistematização e intercâmbio de dados estatísticos e informações relativas às atividades e aos empreendimentos turísticos instalados no Estado, integrando as universidades e os institutos de pesquisa públicos e privados na análise desses dados, na busca da melhoria da qualidade e credibilidade dos relatórios estatísticos sobre o setor turístico paranaense;

XII - proteção do meio ambiente e da biodiversidade, e atenuação de passivos socioambientais eventualmente provocados pela atividade turística religiosa;

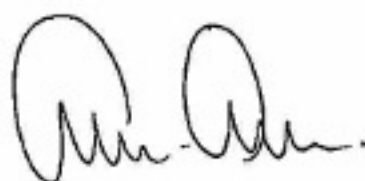
XIII - informação à sociedade e ao cidadão sobre a importância econômica e social do turismo;

XIV – as estratégias e ações para o desenvolvimento do Turismo Religioso nos municípios ou regiões turísticas deverão ser definidas em planos elaborados de forma participativa e geridas por um grupo com representantes do Poder Público, iniciativa privada, entidades do terceiro setor, instituições de ensino, representações religiosas e demais interessados;

XV – os projetos e ações em prol do Turismo Religioso deverão, preferencialmente, seguir as orientações da Comissão de Desenvolvimento do Turismo Religioso do Paraná.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 06 de março 2013.



ALEXANDRE CURI
Presidente



Relator





Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.
Fls. 02

PROJETO DE LEI Nº 060/12

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 29 FEV. 2012

1º Secretário

EMENTA: Institui no Calendário Oficial do Estado do Paraná, o "Dia Estadual do Patrimônio Histórico e Cultural do Povo do Paraná", a ser comemorado anualmente no dia 15 de novembro.

Art. 1.º - Fica instituído no Estado do Paraná o "Dia Estadual do Patrimônio Histórico e Cultural do Povo do Paraná", que tem por objetivo colocar à disposição da comunidade a exposição do patrimônio para que seja observado, preservado e enriquecido; a ser comemorado anualmente no dia 15 de novembro.

Art. 2.º - A Secretaria do Turismo e a Secretaria da Cultura ficarão responsáveis pela realização de ações comemorativas alusivas a tal celebração, quais sejam:

I - Abertura de Prédios Governamentais, Museus, Teatros, Tribunais, Casas Legislativas, Universidades e Bibliotecas, no feriado de 15 de novembro, para a visitação pública;

II - Divulgação das músicas tradicionais dos povos colonizadores do Estado do Paraná e Hinos do Estado e dos Municípios nos locais de visitação.

Art. 3.º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

NEY LEPREVOST
DEPUTADO ESTADUAL

JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Lei possibilitar aos cidadãos paranaenses a possibilidade de conhecer mais densamente os paços públicos e construções que fazem parte da história do povo, além de provocar a criação de uma consciência de que o patrimônio pertence ao povo e este tem o dever de preservá-lo.

Esta iniciativa já faz parte do cotidiano de países como Uruguai, Peru, Chile, Estados Unidos etc.

Diante do exposto, esperamos contar com o apoio dos Nobres Colegas Parlamentares para a aprovação desta proposição.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 060/12

Projeto de Lei nº 060/12

Autor: Deputado Estadual Ney Leprevost

Súmula: Institui no Calendário Oficial do Estado do Paraná o "Dia Estadual do Patrimônio Histórico e Cultural do Povo do Paraná", a ser comemorado anualmente no dia 15 de novembro.

EMENTA: INSERE NO CALENDÁRIO ESTADUAL O DIA ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DO POVO DO PARANÁ.

COMPETÊNCIA LEGISLATIVA
CONCORRENTE DO ESTADO DO PARANÁ
PARA LEGISLAR SOBRE PATRIMÔNIO
HISTÓRICO, ARTS. 24, VII E 215, da
CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, INICIATIVA DA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, ART 65 DA
CONSTITUIÇÃO ESTADUAL.
CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO.
PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Ney Leprevost, objetiva inserir no Calendário Estadual o "Dia Estadual do Patrimônio Histórico e Cultural do Povo do Paraná", a ser comemorado, anualmente, no dia 15 do mês de Novembro.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO**



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, dispõe em seu artigo 24, VII, que é de competência da União, Estados e Municípios legislarem concorrentemente sobre proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico. Nesse aspecto, aponta o artigo 215 do mesmo diploma legal que, o Estado garantirá o pleno exercício dos direitos culturais e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais, conforme abaixo se denota:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

O artigo 13, VII, da CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, estabelece em sua redação que, compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre a proteção do patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico, senão vejamos:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:

VII - proteção do patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;

Fazendo referência aos artigos acima expostos, o mestre Alexandre de Moraes, preceitua que "a própria Constituição Federal já define o conteúdo do patrimônio cultural brasileiro como os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira; estabelece a obrigatoriedade do poder público, com a colaboração da comunidade, de promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas". (DE MORAES, Alexandre. *Direito Constitucional*. Ed. Atlas: São Paulo, 2007. 22ª. ed. pg 808).

No que tange a admissibilidade do presente projeto, o mesmo deve corresponder ao artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, o qual descreve que:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Amparando o entendimento acima mencionado, a Constituição do Estado do Paraná, em seu artigo 65 delinea:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de
Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.
(grifo nosso)

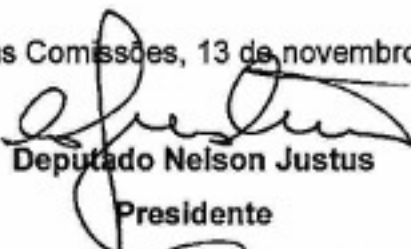
Dessa forma, a matéria abordada no presente projeto não se
enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo
Estadual, portanto, não há que se falar em vício formal de procedimento alusivo a
sua iniciativa. Por conseguinte, vislumbra-se que o projeto de lei encontra-se em
consonância aos ditames constitucionais, não estando previamente inserido no
Calendário Oficial do Estado do Paraná.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao
disposto pela Lei Complementar nº. 95 de 1998, a qual dispõe sobre a elaboração,
redação, alteração, consolidação das leis e estabelecimento das normas para a
consolidação dos atos normativos.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, uma vez superados todos os óbices em
sede de análise prévia, opinam-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei,
por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica
legislativa.

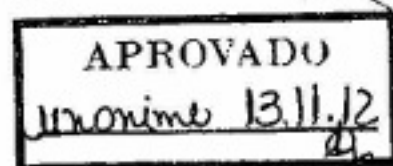
Sala das Comissões, 13 de novembro de 2012.


Deputado Nelson Justus

Presidente


Deputado Pr. Gilson de Souza

Relator





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Pérciles de Mello



COMISSÃO DE CULTURA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 060/2012

I – SÍNTESE FÁTICA

O Deputado Estadual Ney Leprevost propôs o Projeto de Lei nº 060/2012, com o intuito de incluir no Calendário Oficial do Estado do Paraná, o "Dia Estadual do Patrimônio Histórico e Cultural do Povo do Paraná", a ser comemorado, anualmente, no dia 15 de novembro em todo o Estado do Paraná.

Após criteriosa análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do ilustre Deputado Pr. Gilson de Souza, o Projeto foi aprovado, ante a ausência de quaisquer vícios de ordem constitucional ou legal. Tão logo aprovado na CCJ, foi remetido a esta Comissão de Cultura, para manifestação acerca do mérito deste Projeto, merecendo aprovação também nesta comissão, consoante se passará a demonstrar.

II – MÉRITO

A Lei Fundamental da República Federativa do Brasil – Constituição Federal de 1988 –, estabeleceu como integrante do patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial. Assim sendo, resta claro que eventos inerentes à cultura de determinada localidade, podem e devem ser enquadradas no patrimônio cultural.

Aliado a isso, o § 2º do art. 215 da Constituição Federal determinou que: "A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Péricles de Mello



significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais." Não fosse o bastante, o art. 216 do texto constitucional estabelece que, *in verbis*:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;

Conforme se verifica da simples leitura do dispositivo, os modos de expressão, criação e viver são inerentes ao patrimônio cultural brasileiro. Uma festa que se destina a comemorar o "Patrimônio Histórico e Cultural do Paraná" faz parte da cultura dessa unidade federativa.

Nesse contexto, o Projeto objeto de análise desta Comissão de Cultura merece aprovação com congratulações, na medida em que auxilia diretamente na concretização das diretrizes previstas na Lei Fundamental.


III – CONCLUSÃO


Pelo exposto acima, o parecer deste relator opina pela aprovação do presente Projeto de Lei, posto que está em absoluta consonância com o ordenamento jurídico brasileiro e paranaense.

Curitiba, 17 de dezembro de 2012.


DEPUTADO PÉRICLES DE MELLO
PRESIDENTE


DEPUTADO RÁSCA RODRIGUES
MEMBRO DA COMISSÃO


DEPUTADO CAÍTO QUINTANA
RELATOR


DEPUTADO BERNARDO CARLI
MEMBRO DA COMISSÃO




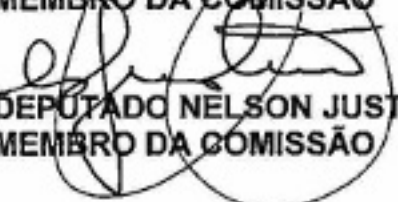
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

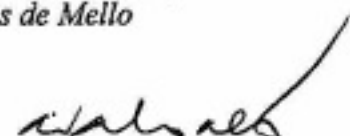
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Péricles de Mello




DEPUTADA MARLA TURECK
MEMBRO DA COMISSÃO


DEPUTADO NELSON JUSTUS
MEMBRO DA COMISSÃO


DEPUTADO TERUO KATO
MEMBRO DA COMISSÃO



ANTEPROJETO DE LEI 2012013

Súmula: Cria a Secretaria de Estado de Governo e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica criada a Secretaria de Estado de Governo - SEEG como parte integrante da Governadoria, com as seguintes atribuições: assistência direta e imediata ao Governador do Estado na sua representação civil e política; relacionamento público com autoridades civis e políticas; relacionamento, no âmbito de sua atuação, com os Poderes Legislativos estadual, municipal e federal e com outras esferas de Governo; promoção, coordenação e acompanhamento das ações do Governo Estadual nos Municípios, em articulação com as demais secretarias e entidades públicas; recebimento, estudo e triagem do expediente encaminhado ao Governador; organização de todo cerimonial público da Governadoria; coordenação de unidades de representação do Governo no Estado ou fora dele e outras atividades correlatas.

Art. 2º Fica alterado o âmbito de atuação da Casa Civil da Governadoria, que passa a ter as seguintes atribuições: representação civil e organização do relacionamento do Poder Executivo Estadual com o Poder Executivo Federal, bem como outras esferas de Governo, no âmbito de sua atuação; coordenação, articulação e avaliação da execução dos programas, projetos e ações elencados como prioritários pelo Governo do Estado; realização de atividades de registro, controle e atribuição de celeridade ao trâmite dos processos referentes aos programas, projetos e ações foco da atuação da Casa Civil; coordenação da execução e avaliação dos resultados dos contratos de gestão firmados entre o Governador do Estado e os Secretários de Estado.

Art. 3º Ficam transferidos todos os cargos de provimento efetivo e em comissão da Casa Civil para a Secretaria de Estado de Governo, à exceção dos servidores efetivos que desempenhem atribuições relacionadas às atividades mencionadas no art. 2º desta Lei.



Art. 4º Os contratos, acordos, convênios, termos de ajuste e outros compromissos de natureza jurídica correlata, atualmente em execução pela Casa Civil, afetos às atividades constantes no art. 1º desta Lei, terão sua integral continuidade junto à Secretaria de Estado de Governo.

Art. 5º A Secretaria de Estado de Governo, por meio de seus Grupos Setoriais, prestará o suporte técnico e administrativo necessários à Casa Civil, à Coordenação de Controle Interno e aos Secretários Especiais.

Art. 6º Ficam criados os seguintes cargos de provimento em comissão:

I - na Casa Civil: 01 (um) cargo de Secretário de Estado; 01 (um) cargo de Diretor Geral, símbolo DAS-1; 03 (três) cargos de Coordenador, símbolo DAS-1; 02 (dois) cargos de Assessor, símbolo DAS-1; 14 (quatorze) cargos de Assessor, símbolo DAS-2; 01 (um) cargo de Assessor, símbolo DAS-3; 01 (um) cargo de Assessor, símbolo DAS-4; 01 (um) cargo de Chefe de Gabinete, símbolo DAS-5; 03 (três) cargos de Assessor, símbolo DAS-5; 05 (cinco) cargos de Assistente, símbolo 1-C;

II - na Secretaria de Estado de Governo: 01 (um) cargo de Coordenador, símbolo DAS-1; 05 (cinco) cargos de Assessor, símbolo DAS-1; 02 (dois) cargos de Assessor, símbolo DAS-2;

III - na Procuradoria Geral do Estado: 01 (um) cargo de Chefe de Núcleo Jurídico da Administração, símbolo DAS-5, de ocupação privativa de membro da carreira de Procurador do Estado, em exercício.

Art. 7º Fica a cargo da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP proceder a readequação e os ajustes administrativos necessários a implementação dos dispositivos desta Lei, no que se refere à movimentação de servidores e à movimentação da carga patrimonial.

Art. 8º Caberá ao Poder Executivo Estadual, por meio da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação, elaborar os atos de reformulação e realizar a implantação das alterações organizacionais e orçamentárias dos órgãos tratados por esta Lei.

Art. 9º Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a abrir créditos adicionais



necessários à implementação desta Lei.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor no ato de sua publicação.

Palácio do Governo, em 04 de fevereiro de 2013.

CARLOS ALBERTO RICHÁ

Governador do Estado

DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO DA DESPESA Nº 005/2013/CASA CIVIL

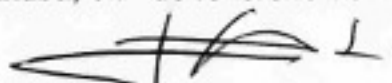
Eu, **Luiz Eduardo da Veiga Sebastiani** portador do R.G. nº 1.913.921-2/PR e CPF nº 353.542.759-20, atualmente no cargo em comissão de Secretário Chefe da Casa Civil, na qualidade de Ordenador de Despesas, declaro, que a despesa abaixo identificada, **estará** incluída no Plano Plurianual 2012/2015, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual de 2013.

Declaro ainda, que a despesa **preencherá** os requisitos exigidos pela Lei Complementar nº 101/2000 de 04 de maio de 2000, especialmente quanto às normas dos artigos 16 e 17, sendo que a mesma não causará impacto orçamentário e financeiro nos dois exercícios subsequentes e não ultrapassará os limites estabelecidos para o exercício financeiro de 2013.

Identificação da Despesa:

Criação de 40 (quarenta) novos cargos sendo 32 (trinta e dois) na Casa Civil e 08 (oito) na Secretaria de Estado de Governo - SEEG, que implicará num total para o exercício de 2013 de R\$ 4.258.368,20 (quatro milhões, duzentos e cinquenta e oito mil, trezentos e sessenta e oito reais e vinte centavos), conforme previsão do Grupo de Recursos Humanos Setorial da Casa Civil. Os recursos orçamentários para atender a referida despesa serão ajustados e suplementados em atos a serem formulados pela Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, conforme previsto no artigo 9º do referido Projeto de Lei.

Curitiba, 04 de fevereiro de 2013.



Luiz Eduardo Sebastiani
Chefe da Casa Civil

CASA CIVIL

GRUPO DE PLANEJAMENTO SETORIAL



INFORMAÇÃO Nº 015/2013 -GPS/CC

Protocolado nº 11.734.385-5

Conforme solicitado pela Direção Geral da Casa Civil, estamos informando que existe **previsão de recursos orçamentários** na dotação abaixo especificada e QDD em anexo, no valor de R\$ 40.629.310,00 (quarenta milhões, seiscentos e vinte e nove mil, trezentos e dez reais), para custear as despesas com **Pessoal e Encargos Sociais da Casa Civil em 2013**.

Órgão: 13 – Casa Civil

Unidade: 02 – Diretoria Geral

P/A: 1302.04122414.015 – Gestão Administrativa – Casa Civil

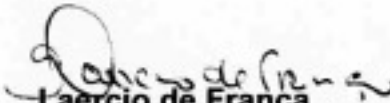
Espécie de despesa: 01 – Pessoal e Encargos Sociais

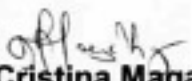
Fonte de recursos: 100 – Recursos do Tesouro – Ordinário Não Vinculado.

A criação de 40 (quarenta) novos cargos sendo 32 (trinta e dois) na Casa Civil e 08 (oito) na Secretaria de Estado de Governo, implicará num total para o exercício de 2013 em R\$ 4.258.368,20 (quatro milhões, duzentos e cinquenta e oito mil, trezentos e sessenta e oito reais e vinte centavos), conforme previsão do GRHS da Casa Civil, em planilha anexa. Os recursos orçamentários para atender a referida despesa serão ajustados e suplementados em atos a serem formulados pela Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, conforme previsto no artigo 9º do referido Projeto de Lei. Para os dois exercícios subsequentes os valores serão previstos em sua totalidade quando da elaboração da Proposta Orçamentária Anual.

É a informação,

Curitiba, 04 de fevereiro de 2013.


Laércio de França
Chefe do GPS/CC


Maria Cristina Magalhães
Assessora Casa Civil/GPS



ESTADO DO PARANÁ
SECR. DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E PROGRAMAÇÃO - COP

QUADRO DE DETALHAMENTO DE DESPESA
QOO - DIRETA
SEM MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITO

COMPOSIÇÃO Pág. 1
Exercício 2013
04/02/13 11:18:45

Órgão	CASA CIVIL									
Unidade	DIRETORIA GERAL									
PROJ/ATIV/OP.ESP.	GESTÃO ADMINISTRATIVA - CASA CIVIL									
Detação	1302.04122414.015									
Recursos Orçamentários em R\$ 1,00										
Natureza da Despesa	Fon	Orçamento Inicial (1)	Orçamento Programado (2)	Saldo a Programar (3)	Total Orçamentário (4)=(2)+(3)	Total Empenhado (5)	Saldo Programado (6)=(2)-(5)	Pago até 04/02/13 (7)		
PESSOAL										
31901100	11001	35.707.310	35.707.310		35.707.310	0,00	35.707.310,00	0,00		
31901300	11001	3.448.000	3.448.000		3.448.000	0,00	3.448.000,00	0,00		
31901600	11001	94.000	94.000		94.000	0,00	94.000,00	0,00		
31909200	11001	300.000	300.000		300.000	0,00	300.000,00	0,00		
31909600	11001	1.080.000	216.000	864.000	1.080.000	0,00	216.000,00	0,00		
IT		40.629.310	39.765.310	864.000	40.629.310	0,00	39.765.310,00	0,00		
IT PESS.		40.629.310	39.765.310	864.000	40.629.310	0,00	39.765.310,00	0,00		
OUT. D. CORR.										
33900800	11001	100	15	85	100	0,00	15,00	0,00		
33903000	11001	519.200	77.880	441.320	519.200	0,00	77.880,00	0,00		
33903600	11001	183.430	27.515	155.915	183.430	0,00	27.515,00	0,00		
33903700	11001	1.400.000	210.000	1.190.000	1.400.000	0,00	210.000,00	0,00		
33903900	11001	2.810.130	421.520	2.388.610	2.810.130	0,00	421.520,00	0,00		
33903900	11251	50.000		50.000	50.000	0,00	0,00	0,00		
33904600	11001	5.000	750	4.250	5.000	0,00	750,00	0,00		
33909200	11001	30.000	4.500	25.500	30.000	0,00	4.500,00	0,00		
IT		4.997.860	742.180	4.255.680	4.997.860	0,00	742.180,00	0,00		
IT O.D.COR.		4.997.860	742.180	4.255.680	4.997.860	0,00	742.180,00	0,00		
INVESTIMENT										
44905200	11001	450.000		450.000	450.000	0,00	0,00	0,00		
44905200	11421	300.000		300.000	300.000	0,00	0,00	0,00		
IT		750.000		750.000	750.000	0,00	0,00	0,00		
IT INVESTIM		750.000		750.000	750.000	0,00	0,00	0,00		
IT		46.377.170	40.507.490	5.869.680	46.377.170	0,00	40.507.490,00	0,00		
IT OF						0,00	0,00	0,00		
IT TOTAL		46.377.170	40.507.490	5.869.680	46.377.170	0,00	40.507.490,00	0,00		

	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Total Geral
IT	40.629.310		4.997.860	750.000			46.377.170
IT OF							
IT TT	40.629.310		4.997.860	750.000			46.377.170

re

PREVISÃO DE CUSTOS - PERÍODO DE FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2013

CASA CIVIL

QUADRO	CARGO	SIMB	QTDE	VALOR MÊS	VALOR	11 MESES	13º	FÉRIAS	12% ENCARGOS	TOTAL ANO 2013
OC	SECRETARIO		1	19.641,50	216.056,50	18.004,71	6.000,97	28.807,46	28.807,46	268.869,64
	DIRETOR GERAL	DAS-1	1	10.435,45	114.789,95	9.565,83	3.188,29	15.305,29	15.305,29	142.849,36
	ASSESSOR	DAS-1	2	17.953,56	197.489,16	16.457,43	5.485,26	26.331,82	26.331,82	245.763,67
	COORDENADOR	DAS-1	3	26.930,34	296.233,74	24.686,15	8.227,89	39.497,73	39.497,73	368.645,51
	ASSESSOR	DAS-2	14	110.959,66	1.220.556,26	101.713,02	33.900,95	162.740,43	162.740,43	1.518.910,66
	ASSESSOR	DAS-3	1	7.395,55	81.351,05	6.779,25	2.259,53	10.846,78	10.846,78	101.236,61
	ASSESSOR	DAS-4	1	6.342,68	69.769,48	5.814,12	1.937,85	9.302,57	9.302,57	86.824,02
	ASSESSOR	DAS-5	3	17.436,39	191.800,29	15.983,36	5.327,25	25.573,31	25.573,31	238.684,21
	CHEFE DE GABINETE	DAS-5	1	5.812,13	63.933,43	5.327,79	1.775,75	8.524,44	8.524,44	79.561,40
	ASSESSOR	1-C	5	18.463,55	203.099,05	16.924,92	5.641,08	27.079,81	27.079,81	252.744,85
			32	241.370,81	2.659.079,91	221.256,58	73.744,82	354.009,64	354.009,64	3.304.089,94

SECRETARIA DE GOVERNO

QUADRO	CARGO	SIMB	QTDE	VALOR MÊS	VALOR	11 MESES	13º	FÉRIAS	12% ENCARGOS	TOTAL ANO 2013
SG	COORDENADOR	DAS-1	1	8.976,78	98.744,58	8.228,72	2.742,63	13.165,91	13.165,91	122.881,84
	ASSESSOR	DAS-1	5	44.883,90	493.722,90	41.143,58	13.713,15	65.829,56	65.829,56	614.409,18
	ASSESSOR	DAS-2	2	15.951,38	174.365,18	14.530,43	4.842,99	23.248,63	23.248,63	216.987,24
			8	69.712,06	766.832,66	63.902,72	21.298,78	102.244,10	102.244,10	954.278,26

(**) 13º SALÁRIO(11/12 AVOS)

(***) FÉRIAS(11/12 AVOS = 33,33%)

(*) ENCARGOS (S. BASE + GRAT. + 13º + FÉRIAS)*12%

Roberto da Silva
Chefe de Gabinete



PREVISÃO DE CUSTOS - PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014

CASA CIVIL

QUADRO/CARGO	SIMB	QTDE	VALOR MÊS	VALOR 12 MESES	13*	FÉRIAS	12% ENCARGOS	TOTAL ANO 2013
CC		1	20.623,58	247.482,90	20.623,58	6.873,84	32.997,64	307.977,95
DIRETOR GERAL	DAS-1	1	10.957,22	131.486,67	10.957,22	3.652,04	17.531,51	163.627,45
ASSESSOR	DAS-1	2	18.851,24	226.214,86	9.425,62	6.283,12	29.030,83	270.954,42
COORDENADOR	DAS-1	3	28.276,86	339.322,28	28.276,86	9.424,68	45.242,86	422.266,68
ASSESSOR	DAS-2	14	116.507,64	1.398.091,72	99.863,69	38.832,00	184.414,49	1.721.201,90
ASSESSOR	DAS-3	1	7.765,33	93.183,93	7.118,22	2.372,50	12.320,96	114.995,61
ASSESSOR	DAS-4	1	6.659,81	79.917,77	6.659,81	2.219,72	10.655,68	99.452,97
ASSESSOR	DAS-5	3	18.308,21	219.698,51	6.102,74	6.102,13	27.828,41	259.731,78
CHEFE DE GABINETE	DAS-5	1	6.102,74	73.232,84	5.594,18	1.864,54	9.682,99	90.374,54
ASSESSOR	1-C	5	19.386,73	232.640,73	19.386,73	6.461,60	31.018,69	289.507,74
		32	253.439,35	3.041.272,21	214.008,64	84.086,15	400.724,04	3.740.091,03

SECRETARIA DE GOVERNO

QUADRO/CARGO	SIMB	QTDE	VALOR MÊS	VALOR 12 MESES	13*	FÉRIAS	12% ENCARGOS	TOTAL ANO 2013
SG		1	9.425,62	113.107,43	9.425,62	3.141,56	15.080,95	140.755,56
COORDENADOR	DAS-1	5	47.128,10	565.537,14	47.128,10	15.707,79	75.404,76	703.777,79
ASSESSOR	DAS-2	2	16.643,95	199.727,39	15.256,95	5.085,14	26.408,34	246.477,82
		8	73.197,66	878.371,96	71.810,67	23.934,50	116.894,05	1.091.011,17

(** 13º SALÁRIO(11/12 AVOS)

(**) FÉRIAS(11/12 AVOS = 33,33%)

(*) ENCARGOS (S. BASE + GRAT. + 13º + FÉRIAS) = 12%

[Assinatura]
Assessor Técnico
Chefe do GRH/SGC



PREVISÃO DE CUSTOS - PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015

CASA CIVIL

QUADRO/CARGO	SIMB	QTDE	VALOR MÊS	VALOR 12 MESES	13*	FÉRIAS	12% ENCARGOS	TOTAL ANO 2013
CC SECRETARIO		1	21.654,76	259.857,11	21.654,76	7.217,53	34.647,53	323.376,93
DIRETOR GERAL	DAS-1	1	11.505,46	138.065,51	11.505,46	3.834,77	18.408,69	171.814,42
ASSESSOR	DAS-1	2	19.793,80	237.525,62	9.896,90	6.597,27	30.482,38	284.502,18
COORDENADOR	DAS-1	3	29.690,70	356.288,44	29.690,70	9.895,91	47.505,01	443.380,06
ASSESSOR	DAS-2	14	122.333,02	1.467.996,26	104.856,87	40.773,60	193.635,21	1.807.261,94
ASSESSOR	DAS-3	1	8.153,60	97.843,16	7.474,13	2.491,13	12.937,01	120.745,43
ASSESSOR	DAS-4	1	6.992,80	83.913,61	6.992,80	2.330,70	11.188,45	104.425,56
ASSESSOR	DAS-5	3	19.223,62	230.683,45	6.407,88	6.407,23	29.219,83	272.718,38
CHEFE DE GABINETE	DAS-5	1	6.407,88	76.894,52	6.407,88	2.135,75	10.252,58	95.690,72
ASSESSOR	1-C	5	20.356,07	244.272,80	20.356,07	6.784,68	32.569,62	303.983,17
		32	266.111,71	3.193.340,47	225.243,45	88.468,57	420.846,30	3.927.898,78

SECRETARIA DE GOVERNO

QUADRO/CARGO	SIMB	QTDE	VALOR MÊS	VALOR 12 MESES	13*	FÉRIAS	12% ENCARGOS	TOTAL ANO 2013
SG COORDENADOR	DAS-1	1	9.896,90	118.762,81	9.896,90	3.298,64	15.835,00	147.793,35
ASSESSOR	DAS-1	5	49.484,51	593.814,06	49.484,51	16.493,19	79.175,01	738.966,76
ASSESSOR	DAS-2	2	17.476,15	209.713,77	49.484,51	5.824,80	31.802,77	296.825,84
		8	76.857,55	922.290,64	108.865,91	25.616,62	126.812,78	1.183.585,96

(**)13* SALÁRIO(11/12 AVOS)

(***) FÉRIAS(11/12 AVOS = 33,33%)

(*)ENCARGOS (S. BASE + GRAT. +13* + FÉRIAS)*12%

[Assinatura]
 André Luiz de Faria
 Chefe do GRH/SGC





MENSAGEM

Nº 002/2013

Curitiba, 04 de fevereiro de 2013.

Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente
II – À DL para providências.
Em, 05/02/2013
Presidente

No uso da atribuição que me é conferida pelo art. 66, incisos I e IV, e de conformidade com o preceito contido no art. 53, incisos VIII e X, todos da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva criar a Secretaria de Estado de Governo – SEEG, como parte integrante da Governadoria, com as seguintes atribuições: assistência direta e imediata ao Governador do Estado na sua representação civil e política; relacionamento público com autoridades civis e políticas; relacionamento, no âmbito de sua atuação, com os Poderes Legislativos estadual, municipal e federal e com outras esferas de Governo; promoção, coordenação e acompanhamento das ações do Governo Estadual nos Municípios, em articulação com as demais secretarias e entidades públicas; recebimento, estudo e triagem do expediente encaminhado ao Governador; organização de todo cerimonial público da Governadoria; coordenação de unidades de representação do Governo no Estado ou fora dele e outras atividades correlatas.

A presente medida reveste-se de grande significado e consulta plenamente aos interesses públicos, pois a implantação da reestruturação ora proposta, com redistribuição e readequação de funções, virá dotar o sistema de administração do Poder Executivo de aprimoramento das ações públicas na busca de melhores formas de aplicação dos meios e recursos. Levará, ainda, a uma perfeita coordenação das atividades dos órgãos estaduais, com vistas a conceber e implantar projetos que traduzam eficazmente as metas fundamentais de meu programa de governo e que sejam cumpridos não só em plena harmonia com os preceitos da Constituição Federal, da Constituição Estadual e das Leis, mas, também, em estreita articulação com os demais Poderes e com organismos federais e das municipalidades.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
RMLM - Prot. nº 11.734.385-5



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Ademais, em tempos de acentuada demanda de ações governamentais em vários campos da atividade pública, é dever do Estado procurar obter maior eficiência da máquina administrativa a custos compatíveis buscando-se, permanentemente, os melhores resultados possíveis. Para que a sociedade jamais venha a decepcionar-se é *mister* que todo procedimento tenha destino e resultado.

Nessa linha de pensamento e de preocupação de meu Governo, a presente proposição prevê a criação da já referida Secretaria de Estado de Governo como Pasta permanente do Poder Executivo que terá sua estrutura interna e regulamento definidos através de decreto do Governador do Estado, conforme dispõe a Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987 e com inteiro respaldo no mandamento contido no art. 87, inciso VI, da Constituição Estadual.

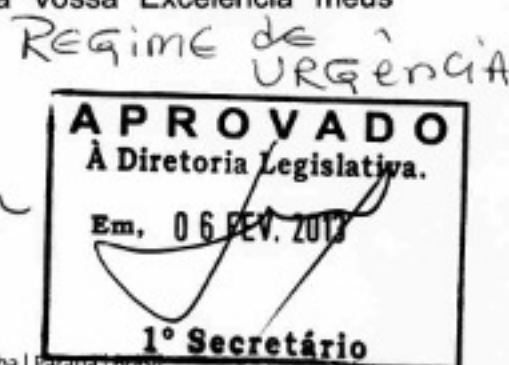
A presente proposta prevê, também, alteração do âmbito de atuação da Casa Civil da Governadoria, que passa a ter as seguintes competências: representação civil e organização do relacionamento do Poder Executivo Estadual com o Poder Executivo Federal, bem como outras esferas de Governo, no âmbito de sua atuação; coordenação, articulação e avaliação da execução dos programas, projetos e ações elencados como prioritários pelo Governo do Estado; realização de atividades de registro, controle e atribuição de celeridade ao trâmite dos processos referentes aos programas, projetos e ações foco da atuação da Casa Civil; coordenação da execução e avaliação dos resultados dos contratos de gestão firmados entre o Governador do Estado e os Secretários de Estado.

Quanto ao número de cargos cuja criação é prevista no artigo 6º do Anteprojeto de Lei, é oportuno ressaltar que será limitado ao estritamente necessário ao eficiente funcionamento da reestruturação administrativa do Poder Executivo ora submetida à aprovação dessa Casa de Leis, nos moldes do impacto financeiro constante nas planilhas em anexo.

Por fim, com fulcro nas disposições do art. 66, § 1º da Constituição Estadual e do art. 198 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, solicito "REGIME DE URGÊNCIA" para a tramitação e votação da presente Mensagem Governamental.

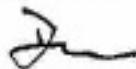
Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 26 FEV. 2013


1º Secretário



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Proj. de Lei n.º
620/13

Palácio Iguaçu – Curitiba, 26 de fevereiro de 2013
OF CEE/G 019/13

Protocolo n.º 11.723.111-9

I – À DAP para leitura no expediente

II – À DL para providências.

Em 26/02/2013


Presidente

Senhor Presidente,

Venho pelo presente, solicitar a Vossa Excelência a restituição, a este Poder Executivo, do OF CEE/G 012/13 de 20/02/2013, o qual teve por objeto o Substitutivo Geral ao Anteprojeto de Lei encaminhado por meio da Mensagem Governamental n.º 002/2013, bem como que o respectivo Anteprojeto de Lei seja mantido conforme inicialmente apresentado.

Atenciosamente,



CARLOS ALBERTO RICHIA
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
CURITIBA – PR

CEE/GAM/JC



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
LIDERANÇA DO GOVERNO**



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 020/2013

Projeto de Lei nº. 020/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 002/2013

Súmula: Cria a Secretaria de Estado de Governo e adota outras providências.

EMENTA: CRIA A SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO. INICIATIVA PRIVATIVA DO GOVERNADOR. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTIGOS 65, 66 E 87 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo tem como escopo criar a Secretaria de Estado de Governo. A presente medida reveste-se de grande significado e consulta plenamente aos interesses públicos, pois a implantação da reestruturação ora proposta, com redistribuição e readequação de funções, virá dotar o sistema de administração do Poder Executivo de aprimoramento das ações públicas na busca de melhores formas de aplicação dos meios e recursos.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade,

REGIME DE URGÊNCIA

Andrius

Concedido vista.

Em 05 / 03 / 2013

André Senere
CCJ



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
LIDERANÇA DO GOVERNO**



legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



A Constituição do Estado do Paraná estabelece que são de iniciativa privativa do Governador as leis que disponham sobre a criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração, nos termos dos artigos 66 e 87:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - a criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei;

XVI - prover e extinguir os cargos públicos estaduais, na forma da lei e com as restrições previstas nesta Constituição;

No que se refere ao impacto financeiro, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira.

Com efeito, a fim de dar cumprimento à referida legislação, o **Chefe do Poder Executivo** anexou ao projeto, declaração que o aumento de despesa apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Executivo para o exercício de 2013.

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o Projeto de Lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
LIDERANÇA DO GOVERNO



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 06 de março de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE

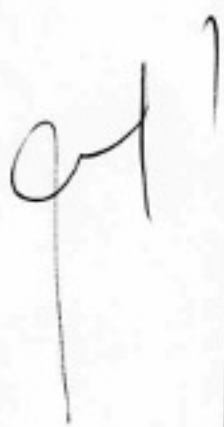

DEPUTADO ADEMAR TRAIANO

RELATOR













VOTO
CONTRARIO
AO PARECER

Dep. Elton
Dep. Krües

APROVADO

06.03.13 